

O SERTÃO EM MUTAÇÃO

THE SERTÃO IN MUTATION

*Carlos Alberto Dayrell
Frederico Antonio Mineiro Lopes*

*Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA NM
carlosdayrell@gmail.com*

*Instituto de Ciências Agrárias – UFMG
fredericomineiro@yahoo.es*

RESUMO

O artigo reflete as estratégias de reposicionamento do campesinato do Norte de Minas Gerais no contexto da modernidade que inseriu os cerrados brasileiros no circuito global de mercadorias e que provocou profundas transformações no ambiente, na economia e na vida das pessoas que vivem em todos os lugares do planeta. Analisa a diversidade ecossistêmica e cultural onde os cerrados predominam, e a contribuição das comunidades tradicionais como portadora de lógica cultural e econômica de caráter não ocidental e não capitalista. Mesmo com as enormes tensões provocadas pelas seguidas ondas desenvolvimentistas sobre as savanas do sertão norte mineiro, inteligências associadas às territorialidades destas comunidades foram acionadas. No caso dos circuitos econômicos ou no caso dos direitos de permanecerem no lugar, redes sociotécnicas inseridas nas relações territoriais foram promovidas fazendo contraponto com enfrentamento às normatizações fundiárias, sanitárias, fiscais e ambientais produzidas para estruturar os empreendimentos de base capitalista na região. Evitando o sufocamento e a subordinação total do lugar à lógica que sustenta a globalização.

Palavras-Chave: Campesinato; Comunidades Tradicionais; Cerrados; Globalização

ABSTRACT

The article reflects the strategies of repositioning of the peasantry of the north of Minas Gerais in the context of modernity which inserted the Brazilian cerrado (savanna) in the global commodity circuit and which has brought about profound changes in the environment, in the economy and in the lives of people living everywhere on the planet. Analyzes the diversity and ecosystem where cultural cerrados predominate, and the contribution of traditional communities as the bearer of cultural and economic character of non-western and non-capitalist. Even with the huge tensions

caused by followed the developmental waves on the savannahs of the northern sertão mineiro, intelligences associated with territorialities of these communities were engaged. In the case of economic circuits or in the case of rights to remain in place, socio-technical networks inserted in territorial relations were promoted as a counterpoint to the land, sanitary, fiscal and environmental regulations produced to structure capitalist-based enterprises in the region. Avoiding the suffocation and the complete subordination of the place the logic that underpins globalization.

Keywords: Peasantry; Traditional Communities; Savannahs (Cerrado); Globalization

INTRODUÇÃO

Propomos neste artigo refletir sobre as estratégias de reposicionamento do campesinato do Norte de Minas Gerais no contexto da modernidade que inseriu os cerrados brasileiros no circuito global de mercadorias e que provocou (e ainda continua provocando) profundas transformações no ambiente, na economia e na vida das pessoas que vivem em todos os lugares do planeta. E que o processo de globalização enfrenta limites ambientais e culturais, emergindo reações de resistência que se conectam apontando as possibilidades de outras formas de viver.

A tomada de consciência de que vivemos em um contexto de interligação planetária não se deu pelo acaso. Foram precisas duas guerras mundiais que serviram para liberar as amarras do capital até então subsumidas aos interesses, também, das nações. Com esta questão finalmente resolvida, mesmo que temporariamente interpoladas entre o Leste e o Oeste (e não ainda entre Ocidente e Oriente)¹, o processo de acumulação do capital pode então antever o seu desenvolvimento que resultou, a partir de uma nova geografia, no açambarcamento dos recursos humanos e da natureza que encontravam-se disponíveis em escala planetária através de seguidas revoluções tecnológicas². E foi sobre esta escala que a natureza reagiu, mas apenas uma de suas vertentes passou a ser considerada, no âmbito da humanidade, pelos estados e governos: a das alterações climáticas. Sobre esta vertente, a tomada de consciência da interligação, de que a economia interage em um planeta onde todos os processos vitais encontram-se conjugados. Sobre esta vertente os estados se posicionaram na esperança vã da possibilidade de encontrar um acordo em diminuir o ritmo das alterações³. Esperança vã, pois não são mais os estados que controlam os processos econômicos (e sim, o contrário), além de que as alterações climáticas são um dos últimos elos dos riscos que estão a explicitar que vivemos em um contexto de interligação. Outros elos foram quebrados⁴, e são juntamente estes que, no silêncio, estão colocando em xeque os

¹ O que veio a acontecer a partir de 1989 com a queda do muro de Berlim.

² A quarta revolução industrial e tecnológica é um dos temas de discussão do Fórum Econômico Mundial. Segundo o World Economic Forum (WEF, além da perda de cinco milhões de empregos nos próximos cinco anos nas *principais economias mundiais*, a quarta revolução industrial provocará "grandes perturbações não só no modelo dos negócios, mas também no mercado de trabalho nos próximos cinco anos". Depois da primeira revolução (advento da máquina a vapor), da segunda (eletricidade, linha de montagem) e da terceira (eletrônica, robótica) vem a quarta que combina diversos fatores no trabalho, como a Internet e os dados que transformam a economia. Fonte: <http://expresso.sapo.pt/economia/2016-01-20-Davos-debate-4-revolucao-industrial-com-perda-de-cinco-milhoes-de-empregos>

³ Refere-se à realização da COP - Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima – que foi realizada em Paris em dezembro de 2015 onde os 195 países membros da Convenção, mais a União Europeia, concordaram em agir para manter o aquecimento do planeta.

⁴ Refere-se ao entendimento de que as mudanças climáticas estão relacionadas com as profundas alterações no uso da terra e das águas em todo o planeta, com o desmatamento, queimadas, uso de

processos vitais que sustentaram, até então, a homeostase⁵ responsável pela sucessão ecológica em andamento no nosso planeta.

Antes de findar o Séc. XX, já se via que não era mais possível fazer correlação direta entre o crescimento e o desenvolvimento, dado a complexidade de relações existentes entre o sistema econômico, bem-estar humano e o meio ambiente. Aos apologistas do desenvolvimento e do progresso, durou pouco tempo a euforia do crescimento, pois de forma muito rápida, a sociedade de consumo sem limites passou a cobrar os custos sociais e culturais com repercussões imediatas no equilíbrio ambiental do planeta (D'ANGELIS, 2005).

Não foi por acaso que a noção de aldeia global açambarcou mentes e corpos proporcionados pelo progresso das ciências e das técnicas, interligando em tempo real todos os recantos do planeta. E, entre estes, a região norte do estado de Minas Gerais onde o bioma Cerrado predomina (Veja BOX 1).

Milton Santos (2001) reconheceu a perversidade e amplitude dos processos ideológicos que sustentaram e continuam sustentando a dominação do capitalismo por empresas e agências mundiais, monetarizando todos os aspectos da vida social e pessoal, perscrutando todos os recursos e recantos do mundo, encurtando as distâncias e disponibilizando a informação de forma instantânea e globalizada. Para Milton Santos, por traz da noção de aldeia global, a globalização, e esta nada mais é do que uma fábula, um mito engendrado para garantir a continuidade do sistema (p.18), que precisa da uniformidade para atender os interesses dos atores globais hegemônicos que exploram a mais valia universal e se valem de técnicas mundializadas (SANTOS, 2001).

É a partir da perspectiva planetária que os territórios são disputados e compartimentalizados, onde os atores mais poderosos reservam para si as partes que mais lhes interessam. É esta a fábula da globalização. Mas, Milton Santos aponta que a globalização não dá conta de ocupar a totalidade dos territórios e todas as suas mentes. Que a globalização enfrenta limites, pois, no concreto, a maioria da humanidade passa a conviver com inúmeros inconvenientes, e é a partir da cultura e do território que emergem o que ele denomina de contrarracionalidades. Que uma parcela da humanidade não é mais capaz de obedecer às leis e normas, regras e mandamentos derivados da racionalidade hegemônica. É quando surgem os “ilegais”, os “irregulares”, os “informais”.

combustíveis fósseis, esgotos, contaminação dos solos, das águas e dos ares e disseminação de espécies mutantes geneticamente modificadas.

⁵ Este conceito, inicialmente oriundo da biologia e da fisiologia, aborda a condição de relativa estabilidade da qual o organismo necessita para realizar suas funções adequadamente para o equilíbrio do corpo, apesar de mudanças que possam vir a ocorrer no organismo, internamente ou externamente e dentro de certos limites.

BOX 1

Cerrados e Agricultura

Foi apenas na década de 1970 que a ciência agrícola se debruçou sobre os cerrados no intuito de desenvolver uma agricultura de elevada produtividade e baseado em grandes monoculturas. Os primeiros passos dados na década de 1970 com a constituição de programas financiados pelo poder público como o Planoroeste e, em seguida, com o PRODECER⁶. Em menos de duas décadas as frentes de ocupação dos cerrados atingiram as franjas da Amazônia e já preparava para adentrar em sua porção central. Foi quando o mundo passou a olhar a Amazônia, quando Chico Mendes capitaneou um grande movimento visando a proteção do bioma e o reconhecimento dos povos que aí habitavam.

Foi quando se deu uma grande guinada: para preservar a Amazônia, vitrine ecológica do país, havia que se explorar o Cerrado, com base na ciência agrícola moderna que viabilizou a transformação de suas vastas chapadas em extensas áreas de pastagens ou monocultivos de grãos, café, cana de açúcar, laranja, algodão e eucalipto. Mazan⁷, um dos estudiosos dos cerrados já nos dizia nos finais dos anos 1990: *o êxito agrônomico e comercial do agronegócio, que se anuncia extremamente moderno e produtivo, aponta evidências e fatos expostos no nosso cotidiano e vem mostrar a face perversa dessa modernidade, que passou a expropriar os territórios dos povos e comunidades tradicionais que aí vivem, utilizando-se de medidas na verdade arcaicas, escravocratas, predatórias onde poucos são os beneficiados.*

Não sem razão. Com uma dimensão continental, os cerrados brasileiros se constituem numa fisionomia de savana única no planeta e representa hoje 5% da biodiversidade planetária. Por se constituir em um bioma de localização central, o cerrado brasileiro se caracteriza por ser uma grande região de contato com os outros biomas e seus domínios – a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Caatinga, o Pantanal, as Matas de Cocais do Maranhão e Piauí.

Habitado há pelo menos 11 mil anos por antigos grupos de caçadores coletores e, em seguida centenas de nações indígenas do grupo Macro Gê, os Cerrados foram também local de refúgio de milhares de comunidades negras que fugiram da escravidão ou de camponeses pobres que aí se instalaram, micigenizando com as populações locais, desenvolvendo desde então modos próprios de vida, de organização social e produtiva, e de relacionamento com os recursos da natureza.

Foi assim que, ao longo dos séculos e na invisibilidade social, uma diversidade de culturas humanas indígenas, quilombolas e outras reconhecidas regionalmente como geraizeiros, pantaneiros, fundos de pasto, campineiros, apanhadores de flores, vazanteiros, sertanejos, retireiros, entre outros, foram se constituindo, contribuindo de forma significativa com a produção de alimentos que sustentou a formação da nação brasileira.

⁶ Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, que contou com financiamento externo, em particular oriundo do Japão.

⁷ Carlos Eduardo Mazzeto, engenheiro agrônomo, um dos fundadores do CAA NM.

É neste contexto de subversão do que ele denomina de nação passiva que estão a emergir regionalismos universalistas e que os intelectuais devem ir além de promover o simples combate às formas de ser da nação ativa. Para Milton Santos, ao enfrentamento da ideologia que sustenta o processo de globalização, a cultura popular rivaliza com a cultura de massas, e que o mundo é formado não apenas pelo que existe, mas pelo que pode vir a existir (2001 p.160). O futuro está no reino das possibilidades, no reino das vontades, e que outras maneiras de realizar a globalização podem emergir a partir da divisão social do trabalho pelos de baixo. Um mundo de inteligência pode emergir associando mutação filosófica com mutação tecnológica, denominado por ele de tecnologias doces, divisíveis, flexíveis, adaptáveis ao meio e às culturas.

A queda do muro de Berlim em 1989 foi um marco para o entendimento das profundas mudanças culturais, políticas e econômicas que estavam ocorrendo nas sociedades denominadas modernas e que tiveram início no final dos anos 1960 e início na década de 1970. Entendendo este momento como o fim da história⁸ ou como “sociedade pós-industrial”⁹, autores como Jürgen Habermas, Frederic Jameson e David Harvey, entre outros, se posicionaram contra as tentativas de caracterizar este momento como uma fase de superação do capitalismo.

Para Guy Bajoit, à gravidade das mudanças em curso exige uma postura de exercer influência no rumo da história que todos estamos a fazer, mesmo sem saber que a fazemos. Para avançarmos na compreensão que Bajoit desenvolve sobre o conceito de mudança social, precisamos primeiro ver como ele analisa e se posiciona no mundo contemporâneo. Ele entende que é preciso compreender as profundas mudanças sociais e culturais que estão em curso na sociedade. As mudanças sociais, como elas se dão, é preciso torná-las inteligíveis para que coletivos possam melhor orientar suas ações e se comprometerem com as transformações sociais. E que o desenvolvimento das forças produtivas promovido pela sociedade industrial chegou ao ponto onde o problema principal passou a ser o mercado – vender tudo que é possível produzir – o mundo entregue aos comerciantes. O desenvolvimento tecnológico levou a sociedade para outros patamares de produção e consumo, com mudanças econômicas e financeiras, repercutindo em mudanças também no estado e em suas políticas ditadas pela flexibilidade, o neoliberalismo. Quando foram criadas as condições para um projeto de sociedade de consumo, de informação estruturada em redes atuantes a nível mundial (p. 291).

Neste projeto de sociedade os valores associados com a modernidade como o protecionismo, nacionalismo, estado-providência, socialismo, os movimentos de esquerda e de resistência como os alter-mundialistas¹⁰, são literalmente varridos. Assim, exclusão, desemprego, desigualdades, incertezas, *stress*, degradação ambiental, novas ameaças à saúde, desestruturação das culturas locais são custos sociais, ambientais e culturais que passaram a serem tratados de forma tópica e conjuntural.

Trazendo agora a debate da mutação cultural e das resistências, ainda que fragmentadas e ambíguas, ao processo de globalização sustentado pela sociedade pós-industrial no contexto da sociedade norte mineira e, em particular, para o contexto da agricultura familiar desta região, faço as perguntas: há brechas nesta globalização que busca dominar todos os territórios e todas as mentes? De que forma a mutação do modelo de sociedade industrial para o denominado

⁸ In FUKUYAMA, Francis. *Fim da historia e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992

⁹ In BELL, Daniel. *O fim da ideologia*. Brasília: Editora UNB, 1980.

¹⁰ Referem-se ao movimento social cujos proponentes defendem interação e cooperação globais, mas opondo-se ao que descrevem como efeitos negativos da globalização econômica.

mercantilismo liberal, confronta com o modelo cultural das comunidades sertanejas? Que estratégias de resistência e de reposicionamento vem sendo construídas?

Embora parta do reconhecimento da importância do lugar, onde racionalidades culturais, econômicas e ecológicas apresentam-se em oposição à racionalidade ocidental, Arturo Escobar alerta que o lugar e o conhecimento local associado não são panaceias que resolverão os problemas do mundo (ESCOBAR, 2005:152). Que o lugar é dinâmico e que não deve significar a sua reificação, e da mesma maneira, suas culturas e formas de não capitalismo não devem ser vistos como entes intocados ou fora da história (p.161). Que os lugares são históricos e estão em mutação, conectados com o mundo e, de diversas maneiras, são determinados ou por ele também influenciados. Que mudanças estão ocorrendo como resultados da globalização, e o lugar e a identidade inter cruzam e estão interligados em um mundo de espaços profundamente interconectados. E indica a importância de reconhecer as relações de poder e as dimensões biofísicas, culturais e econômicas que emergem do lugar no entre-encontro destas fronteiras.

São sobre estas incapacidades estruturais da globalização que variáveis ascendentes vão sobressaindo e denunciando os limites da globalização, onde a fábula da melhoria da existência de vida para todos não se realiza. Por outro lado, mesmo neste contexto sombrio e de falta de perspectivas, vemos que tem sido as práticas do lugar que vem se apresentando como obstáculos inusitados, originais e ainda muito pouco reconhecidos, ao avanço do capitalismo e às modernidades eurocentradas (p.159). Dar atenção ao lugar e às culturas locais é desestabilizar os espaços mais seguros de poder e diferença, demarcados por perspectivas geopolíticas da economia política (JACOBS, 1996:15 citado por ESCOBAR, 2006:161).

Vem ampliando diversas iniciativas em muitos países que tem o não-capitalismo e as diferentes culturas como referência na construção de estratégias de reposicionamento das comunidades. E que as condições que tornam possível a defesa e o reforço do lugar vêm se dando através de redes reais e virtuais que estabelecem estratégias de diálogo, de demandas e de proposições, reforçadas através de coalizões heterogêneas envolvendo movimentos sociais, atores acadêmicos, ativistas, ONGs, etc. E que é importante desenvolver estratégias de forma a tornar visíveis as múltiplas lógicas locais de produção de culturas e identidades, práticas ecológicas e econômicas que vem emergindo em contraponto ao avanço da modernidade em inúmeros países do nosso planeta (ESCOBAR, 2006).

O SERTÃO EM MUTAÇÃO

O sertão já não é o mesmo. E um dos primeiros marcos da mutação que estaria por vir foi registrado do Simone Narciso Lessa (1993) quando a ferrovia, símbolo da era industrial, da modernidade, como agente civilizador e portador do progresso, fincou suas paralelas na estação de Montes Claros. Era o ano de 1926. Um segundo marco tem sua fundação com o Golpe Civil-Militar ocorrido em 1964. No âmbito nacional, a reestruturação do estado visando adequá-lo à nova ordem econômica e que vai enterrar as perspectivas das reformas de base preconizadas durante o governo do presidente João Goulart; e no âmbito regional, em 1970, a chegada da rodovia assentada sobre o asfalto na cidade de Montes Claros já como polo regional coletor-distribuidor (COSTA et alii, 1991; OLIVEIRA, 2000). Repetindo o feito da chegada da ferrovia ocorrido há 44 anos. Que Augusto José Querino (2006) vai denominar de objetos técnicos da civilização ocidental e que, ao confrontar com os saberes locais, passam a assumir o seu lugar, substituindo o atraso com a imagem do progresso e da eficiência, típicas do mundo civilizado.

Outros objetos, agora como aparatos institucionais, também chegam instruídos no âmbito do executivo, legislativo e judiciário. Políticas e programas onde recursos públicos serão investidos em incentivos fiscais, financeiros e fundiários passam a estruturar esta nova fase de desenvolvimento, desenhados pelos interesses econômicos já interconectados ao capitalismo internacional. Normatizações agrícolas, sanitárias e ambientais devidamente estruturados pelo saber técnico ocidental chegam juntos com o aparelho burocrático. O sertão enfrenta as novas armas fabricadas agora não apenas pela modernidade, mas também pela pós-modernidade que estava sendo ensaiada nos países cêntricos. Era um período que o capitalismo em crise buscava novas saídas para a acumulação.

David Harvey analisou o período de crise do capitalismo, entre 1968 e 1975, onde o fordismo e o kenesianismo se mostravam incapazes de conter as contradições desta nova fase. Assim novos espaços geográficos para expansão da produção capitalista, novos nichos de investimentos como o da infraestrutura foram acionados, sem nunca abandonar o poder do Estado: “Também aqui o sistema de crédito e a formação de capital fictício, sustentados pelo poder fiscal, monetário e, quando preciso, militar do Estado, se tornam vitais influências mediadoras” (HARVEY, 2005:172).

É no âmbito deste cenário de expansão do capitalismo em sua nova geografia que os fazendeiros e elites da região investem no negócio da terra abrindo espaços para que empresários da região e de fora adentrassem ao sertão. As fazendas foram fechando nos seus limites imprecisos, mas devidamente cartoriorografados, um sem número de territórios das comunidades e dos lavradores locais foram invadidos, desta feita com arames farpados, balas, polícias, liminares de ordens de despejo. É desta forma que a regularização fundiária via RURALMINAS criou as condições para os grandes projetos de pecuária, irrigação, monoculturas de eucalipto e *pinus*, fossem financiados pelo poder público¹¹ a praticamente fundo perdido. Polos agroindustriais, pecuários e florestais passam a fazer parte da paisagem regional associados com as fábulas e mitos da modernidade, em seguida vestida pela pós-modernidade. Viabilizados pela rede de infraestrutura básica em estradas, energia e telecomunicações.

Quando se percorre o Norte de Minas pelas suas principais rodovias, analisando a diversidade de paisagens percorridas, um dos seus aspectos marcantes é o predomínio de grandes propriedades. Observam-se imensas áreas de pastagens ou com a monocultura de eucalipto ou da banana que alternam com uma diversidade de formações vegetais associadas com o Bioma Cerrado e formas transicionais com a Caatinga, Mata Seca, e Mata Atlântica, mas também inúmeros povoados, distritos, pequenas cidades e diversos núcleos de comunidades rurais.

Se buscarmos no IBGE a confirmação desta percepção, o resultado é imediato: dos 91.163 estabelecimentos agropecuários do Norte de Minas, apenas 15% das unidades produtivas referem-se a empreendimentos de fazendeiros ou empresários¹² e estes ocupam 70% de todas as terras do Norte de Minas. (IBGE, 2006). Da mesma maneira, se formos buscar nas narrativas proporcionadas pela historiografia, pelos relatos dos viajantes que percorreram esta região ao longo dos últimos 300 anos, pelas reportagens, revistas, jornais e em outras publicações mais recentes, inclusive televisivas, a imagem dos fazendeiros, coronéis e empresários, estão

¹¹ A SUDENE foi a principal instituição utilizada pela ditadura civil-militar para viabilizar a modernização do Norte de Minas que integra o denominado Polígono das Secas. Ver em LUZ et alii, 1991; CARDOSO, 1996; OLIVEIRA, 2000.

¹² Que o IBGE denomina atualmente como agricultura não familiar, anteriormente denominada de agricultura patronal. Está incluída nesta categoria os fazendeiros, as grandes fazendas e propriedades empresariais, além dos latifúndios.

associadas a inúmeros relatos épicos dos desbravadores do sertão, misturando com as imagens do empreendedorismo dos criadores de gado, plantadores de banana, eucalipto, cana ou algodão. As exposições, feiras agropecuárias e leilões expressam este senso comum que é corroborado inclusive por pesquisadores, professores, economistas, engenheiros agrônomos e florestais, veterinários e zootecnistas, um conjunto de expertise técnica comprometidos com a lógica e com a produção desta elite sertaneja.

Mas, outras narrativas em construção vêm confrontando esta noção impregnada nas mentes das elites políticas, econômicas e acadêmicas sobre a importância histórica e atual da agricultura tradicional, em particular aquela que Ângelo Carrara (2007) denomina de não escravista¹³ e que, de alguma forma, podemos correlacionar com o que o IBGE denomina atualmente de agricultura familiar. Estudos apontam que antes da chegada do branco europeu comunidades negras aquilombadas aqui viviam em algumas áreas, em particular naquelas infestadas pela malária (COSTA, 1999). E que a agricultura das unidades de produção não escravistas era responsável pelo abastecimento de gêneros nos núcleos de mineração e, em seguida, aos diversos núcleos urbanos que foram se constituindo entre Minas Gerais e Bahia (CARRARA, 2007). Quando projetada a estrada de ferro que ligaria Minas Gerais a Bahia, um dos objetivos era abastecimento dos núcleos urbanos de gêneros de subsistência oriundos do sertão (LESSA, 1993).

A história da agricultura familiar regional é muito pouco conhecida e compreendida, até porque o próprio conceito de agricultura familiar não dá conta da diversidade de formações culturais e econômicas em que é constituída. O Norte de Minas, juntamente com o Vale do Jequitinhonha são as regiões onde o total de mão de obra ocupada em comparação com a não familiar está na ordem dos 80%. Outro aspecto, usando as mesmas bases de dados – o Censo Agropecuário de 2006 do IBGE nos mostra que a agricultura familiar, embora ocupando apenas 30% das terras distribuídas em 85% dos estabelecimentos agropecuários são os principais responsáveis pela pauta produtiva alimentar:

36% das cabeças de bovinos pertencem à agricultura familiar. A mesma também é responsável por 70% da produção de suínos, 48% da produção de galinhas, 10% da produção de ovos, 56% do leite de vaca e 71% do leite de cabra produzidos na região... A agricultura familiar dessa região também se destaca na produção de alguns alimentos de origem vegetal. Produz 65% do feijão, 70% do milho em grão, 41% do arroz em casca e 92% da mandioca. (OLIVEIRA, 2012:28 e 29)

O que estes estudos indicam? Que o Norte de Minas apresenta a maior densidade de agricultura familiar no estado de Minas Gerais, com uma participação expressiva na ocupação da mão de obra e, contribui também com uma parcela expressiva da produção agropecuária total tanto na produção vegetal quanto animal¹⁴. E podemos acrescentar: que esta produção é oriunda de sistemas produtivos diversificados associados a matrizes culturais e étnicas de uma produção

¹³ Ângelo Alves Carrara, historiador da UFJF fez uma extensa pesquisa sobre a produção rural e o mercado interno em Minas Gerais durante o período colonial, entre os anos de 1674 até 1807 (2007).

¹⁴ Os dados capturados pelo censo, a nosso ver, não fundamentam e nem dão magnitude aos circuitos de negócios que dão sustentação a estas economias locais.

não dissociada da natureza; que conta com uma história que antecede a ocupação colonial branca com interações com diversos grupamentos indígenas que por aqui já habitaram.

A questão que propomos refletir refere-se a algumas das vertentes que são acionados pela agricultura familiar regional, entendendo-a em sua diversidade cultural e na interação com o lugar. Como ela vem reagindo e atualizando suas estratégias frente às ondas do avanço do capitalismo na região: com a modernidade anunciada pela chegada da estrada de ferro na década de 1920; e com a pós modernidade que vem junto com as rodovias asfaltadas já no início dos anos 1970. Frente à escassez de pesquisas que considerem as peculiaridades culturais e produtivas, mas já acionando alguns estudos que sugerem que um dos fatores da persistência está relacionado com a existência de outras epistemes, lógicas, racionalidades que se afirmam como não ocidental.

Sugerimos que, ao contrário do que está largamente grafado na historiografia, nos livros de história ou nos relatos que povoam as mentes de muitos de nós, na região Norte de Minas, embora o predomínio da grande fazenda e do coronelismo e clientelismo alimentando relações de subordinação junto aos agregados e posseiros, que floresceu, em uma parcela significativa do território regional, sistemas produtivos diversificados articulados à economia local, regional ou mesmo, em alguns casos, à nacional. Que em muitos destes lugares a chegada da fazenda, da figura do fazendeiro e do coronel é posterior ao desenvolvimento da agricultura camponesa, estabelecendo então laços horizontalizados em um primeiro momento, posteriormente de subordinação (até meados do Século XX) e expropriação (após a década de 1950)¹⁵. O que foi possível originar regiões culturais sertanejas¹⁶ como a dos geraizeiros da Serra Geral e do Alto Rio Pardo; vacarianos da Serra do Espinhaço; catingueiros do Sopé da Serra Geral; comunidades quilombolas das planícies sanfranciscanas; veredeiros dos planaltos sanfranciscanos, povo Xakriabá de São João das Missões, entre outros, compreendidos por alguns autores hoje como povos e comunidades tradicionais¹⁷.

Afirmamos que articulações entre culturas e saberes das comunidades tradicionais conseguiram entrelaçar inteligências para enfrentar o contexto extremamente desfavorável principalmente nesta segunda etapa (anos 1970) que coincidiu com a gestação do que viria a ser denominada de globalização e da imposição do neoliberalismo na política da maioria das nações do planeta. O interesse do capital neste novo momento, não era apenas a integração e subordinação econômica. O interesse agora era a dominação do território e a subordinação dos seus povos vistos como mão de obra para uma produção descentralizada, flexível e de alcance global. E, mais do que mão de obra, o interesse era a subordinação de todos, inclusive de outras economias persistentes nos mais distintos lugares, subordinando-as como consumidoras. Em pouco tempo estes produtos globais foram rasgando fronteiras e limites do que se poderia imaginar entre nações ou entre os mundos rural e urbano.

Apesar dos pesados investimentos públicos e privados, da invasão sobre os territórios tradicionais, da alienação da comunicação pública, do estado, das economias locais e das pessoas que aí vivem à mercê da geografia especulativa do capital, uma era em mutação onde tudo vira mercadoria, esta onda não consegue a tudo ocupar, a tudo dominar. A fragmentação e

¹⁵ Principalmente a partir dos anos 1960, e que foram intensificados com o suporte institucional e político da nova ordem que se instalou com a ditadura de 1964.

¹⁶ De acordo com Diegues Junior, 1960.

¹⁷ Ver em DAYRELL, C. A.; COSTA, J.B.A. ; COSTA FILHO, A. . Direitos Humanos e Povos Tradicionais do Brasil. In: Movimento Nacional de Direitos Humanos e outros. (Org.). Direitos Humanos no Brasil 3: Diagnóstico e Perspectivas. In: Movimento Nacional de Direitos Humanos et al. (Org.). Direitos Humanos no Brasil Diagnóstico e Perspectivas. 01ed.Passo Fundo: IFIBE, 2012, v. 01, p. 417-442.

ambiguidade do processo de globalização sustentado pela sociedade pós-industrial, ao atingir o sertão norte mineiro provoca uma mutação inusitada no modelo cultural sertanejo fruto de interações e conflitos. Emergem então iniciativas e estratégias de reposicionamento acionando tanto o mundo cultural como o mundo do saber no desenvolvimento de novas ações políticas e econômicas.

Assistimos neste período a mutação no entendimento da região e das agriculturas aí desenvolvidas. Um primeiro entendimento foi o de se olhar a região não apenas como Norte de Minas, mas principalmente, como Sertão, como um lugar como desde sempre foi caracterizado pelos colonizadores, pelo litoral já colonizado. Reação à matriz ocidental e civilizada, que analisava a região sem a compreensão de sua racionalidade, de suas territorialidades, de seus saberes, classificando-as, no dizer de Querino, como atrasadas, pouco evoluídas, ineficientes e não civilizadas (2012).

Estratégias finas de reposicionamento da agricultura oriunda do campesinato aos poucos vieram sendo compreendidas, contestando inclusive o isolamento econômico da região. Com uma produção invisibilizada ao longo dos séculos, pouco grafada na historiografia, produção miúda, de pouca conta, mesmo não tendo o apoio de políticas oficiais, contraditoriamente muitas vezes era mencionada como importante à medida que crescia a população no Brasil (ANDRADE, 1998: 64). Sendo influenciada inclusive pelo capitalismo industrial nascente, desde quando na Inglaterra a Revolução Industrial demanda fios de algodão para suas tecelagens mecanizadas. Em outro momento, quando a ferrovia corta o sertão, esta mesma agricultura se atualiza, especializando em alguns locais como produtores de matérias primas para mercados industriais como o do beneficiamento do couro, do algodão ou da mamona. Em outros como produtores de café, de mandioca (farinha e goma), cana (rapaduras e aguardentes), arroz, feijão, frutas (cítricas, bananas, abacaxi, marmelos), hortigranjeiros (abóbora, cebola, alho), leite (queijo e requeijão) produtos estes de caráter comercial, na maioria das vezes exportados também para outras regiões do estado ou do Brasil. Regiões que a agricultura tradicional especializou em um ou mais produtos de caráter comercial, mas, também, com uma ampla produção diversificada tanto em termos de cultivos (associados à uma grande diversidade de variedades locais), como com a coleta extrativista, com produtos destinados ao autoconsumo, trocas, ou às feiras e mercados (látex da mangaba, por exemplo) tão comuns na maioria das cidades da região.

A publicação recente de uma pesquisa conduzida por Luciene Rodrigues (PPGDS/UNIMONTES, 2004) que verificou a especialização da produção agropecuária dos municípios do Norte de Minas Gerais, confirma a permanência e persistência desta especialização dos sistemas tradicionais, em sua grande maioria à margem de políticas específicas. Os dados apresentados, mesmo considerando que uma parcela significativa da produção tradicional não consta das bases de dados oficiais (LUZ OLIVEIRA, 2011), mostra que esta especialização não é necessariamente oriunda apenas da produção dos polos de irrigação que foram intensamente estimulados a partir do final dos anos 1970 (RODRIGUES, 2004:13). Muitos dos circuitos econômicos tradicionais da agricultura não patronal permanecem mantendo, mesmo que em condições desfavoráveis, a produção¹⁸, outros foram articulados a partir das estratégias de

¹⁸ Como exemplo, a produção de café na região do Alto Rio Pardo e a de marmelo na região de São João do Paraíso e Itacambira.

adaptação ao novo contexto econômico¹⁹, enquanto outros foram irremediavelmente deslocados e sufocados²⁰.

Mesmo com as enormes tensões provocadas pela segunda onda desenvolvimentista, quando um número significativo de comunidades teve seus territórios tradicionais totalmente invadidos, com as famílias sendo expulsas na quase totalidade, ou então encurraladas nas grotas, mesmo assim inteligências associadas às territorialidades, que marcam a presença destas comunidades no lugar, foram acionadas. No caso dos circuitos econômicos ou no caso dos direitos de permanecerem no lugar, redes sócio-técnicas²¹ inseridas nas relações territoriais foram articuladas visando a permanência e o desenvolvimento das comunidades do lugar. Valores acionados pelo modelo cultural que tecem suas vidas são mais fortes que as normatizações fundiárias, sanitárias, fiscais e até mesmo as ambientais, produzidas para estruturar os empreendimentos de base capitalista na região.

Assistimos no Norte de Minas reações às mais diversas onde narrativas são construídas para justificar, como por exemplo, na região da Serra Geral, a saída mensal de dezenas de ônibus clandestinos carregados de queijos cujas queijarias não passaram pelo crivo da vigilância sanitária. Correndo o risco de serem multados pelo fisco montado pela receita estadual, os produtos vão para São Paulo onde a rede de parentagem se encarrega de vender nas periferias que tomam ar, agora, de centralidade. Ou o caso de lavradoras e lavradores, jovens ou idosos, homens e mulheres, pacatos e cumpridores de seus deveres, reagem de forma individual ou coletiva, inserindo em movimentos sociais locais, regional ou até mesmo nacional, e passam a enfrentar os aparelhos repressivos do estado, os jagunços, as empresas globais, as liminares, os licenciamentos ambientais devidamente concedidos.

São centenas de casos que estão a aflorar em um grande número de municípios do Norte de Minas, em particular naqueles que o capital selecionou para estruturar seus empreendimentos de natureza global, como por exemplo, os de irrigação e pecuária nas planícies e vazantes sanfranciscanas, ou os do complexo mineral – siderúrgico nos altiplanos da Serra Geral e planaltos do São Francisco. Podemos dizer que nestes casos estamos vendo rebeldias a partir da proeminência da recuperação do bom senso em oposição ao senso comum (SANTOS, 2002), ou a dinamização de modelos culturais que, não sendo estáticos, surgem e movem com a história (BAJOIT 2006: 9). Uma das iniciativas que começa a emergir é a da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais que vem empreendendo uma coalizão entre as distintas identidades étnicas presentes nas regiões culturais citadas anteriormente. Coalizão que aciona uma extensa rede de pesquisadores, colaboradores técnicos, juristas, ONGS e pastorais. Tendo como frente o reconhecimento dos direitos territoriais ameaçados pelos grandes empreendimentos de natureza global, passaram a fazer interações com seus pares junto a outros países da América Latina e, recentemente, com incursões na Europa passando por países como a Alemanha, Itália e Suíça, nesta última, apresentando em Genebra, na sede da OIT, a demanda pelo reconhecimento de suas comunidades como povos tradicionais.

¹⁹ Como exemplo temos a pecuária leiteira em Porteirinha e outros municípios do sopé da Serra Geral.

²⁰ Como foram os casos da banana em Novorizonte e Bocaiuva; do abacaxi na região de Serra Velha entre Montes Claros e Bocaiuva; do alho na região do Riachão e de Francisco Sá, entre outras.

²¹ Sabourin define como redes sócio-técnicas “estruturas desenhadas pelas relações interpessoais múltiplas que reúnem atores individuais e institucionais ao nível regional ou local, em torno de objetos e de objetivos comuns”(SABOURIN, 2000; citado por DAYRELL & SOUZA, 2007:17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de um isolamento tão falado do Norte de Minas precisa ser revista. Antes ainda da abertura dos primeiros caminhos promovidos pelos colonizadores, ligando o sertão à Bahia, às regiões mineradoras, a São Paulo ou Rio de Janeiro, indígenas já circulavam, guerreavam, trocando produtos e conhecimentos; africanos fugiam do litoral escravocrata encontrando refúgios nos sertões ao longo das planícies sanfranciscanas. As regiões mineradoras e os núcleos urbanos que foram surgindo tiveram a contribuição da produção de couro, carne e gêneros durante todo o período colonial, da monarquia e da república. O alvorecer da revolução industrial, a guerra da independência americana (1776) e da secessão americana (1860) quase um século depois também tiveram repercussão no sertão com a ampliação dos cultivos de algodão²² e das primeiras tecelagens instaladas no Norte de Minas Gerais.

A natureza socialmente construída nos sertões de Minas Gerais legou, até meados dos anos 1970, ambientes onde apenas 15% dos ecossistemas regionais estavam relativamente alterados (DAYRELL, 1998). Natureza estratificada em regiões culturais que podemos denominar como a dos geraizeiros da serra geral, geraizeiros e vacarianos dos gerais das serra, catingueiros dos sopés da serra geral, comunidades negras das planícies sanfranciscanas, indígenas de São João das Missões, além de veredeiros, geralistas e sertanejos dos planaltos sanfranciscanos. Regiões onde os nativos que aí ainda residem são portadores de modelos culturais que sobrevivem, confrontam e interagem com os oriundos da modernidade e da pós modernidade, onde o entrelaçamento da cultura e do saber despertam lógicas de ação social embasadas na tradição cultural sertaneja do que é de direito, não necessariamente nas normas e regulações advindas com os marcos legais da modernidade.

As questões que estão colocadas nos processos sociais em curso, onde os nativos se movimentam também em redes, são as mesmas encontradas em muitos outros países da América Latina, Ásia e África, onde novas estratégias de interligação são também construídas. Mas não há como negar a força destruidora desta economia de mercado, do domínio sobre os estados e nações, da regulação de seus interesses em escala global, da força da comunicação a dominar as mentes. Não há que se negar a dimensão da crise vivenciada pela agricultura familiar da região onde a força da pressão dos interesses do capitalismo se associa com a degradação climática, fragilizando as economias locais.

A agricultura tradicional, agricultura familiar, camponesa, extrativista, reclama sua historiografia. São questões que colocam em discussão a negligência ancorada na negação ou omissão de amplos setores dos poderes públicos, da academia e de instituições não governamentais da sociedade civil frente ao patrimônio cultural sertanejo (SILVA, 2006), colocando como um dos desafios a necessidade de ampliar a interlocução e a visibilidade destas redes, destes movimentos culturais estruturados em cima de economias nativas não capitalistas, e para que possam transformarem-se em forças capazes de levar esperança aos cidadãos do mundo que querem continuar sendo cidadãos e cidadãs.

²² Na sua dissertação Querino relata a rede comercial então existente no Norte de Minas, onde o comércio regional e inter-regional ocorria por vários caminhos, seja pelo Rio São Francisco entre Guaiçuí e Juazeiro, ou por terra envolvendo diversos núcleos urbanos conectados ao Rio de Janeiro e à Bahia. (QUERINO, 2012:116)

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. de. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nortedes / Manuel Correia de Andrade. – 6 ed. – Recife: Editora Universitária da UFFPE, 1998.
- BAJOIT, Guy. Tudo Muda: Proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas. Lisboa, Portugal, CEOS. Ijuí: UNIJUÍ, 2006.
- CAA/PNUD/MMA. Relatório: Avaliação Ambiental Integrada- GESTAR. Montes Claros-MG. 2005.
- CARRARA, Â. A. Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674 – 1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.
- CARDOSO, J.M.A. A Região Norte de Minas Gerais: Um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais, Recife: UFPE, 1996, Dissertação de mestrado (mimeo)
- COSTA J.B.A. et alii. Grande Sertão: Veredas e seus Ecossistemas. Grupo de Estudos Ambientais, Montes Claros, 1991 mimeo.
- COSTA, J.B.A. Do Tempo da Fartura dos Crioulos ao Tempo de Penúria dos Morenos. Identidade através de Rito em Brejo dos Crioulos (MG). Brasília: Departamento de Antropologia/UnB, 1999. Dissertação de Mestrado. Texto digitalizado.
- COSTA, J.B.A. Sertão: Lugar de Encontro de Gentes e de Culturas, Síntese Multicivilizacional da Nação Plural. SBPC, Goiânia, 2011
- D'ANGELIS FILHO J.S. Políticas locais para o “des-envolvimento” no norte de Minas: uma análise das articulações local & supra-local: Universidade Católica de Temuco – CDS, 2005, (Dissertação de Mestrado)
- DAYRELL, C.A. Rebeldia nos sertões ou a resistência dos povos lugar à desterritorialização da agricultura. In Revista Agriculturas v. 8 - n. 4 dezembro de 2011 pg 10-14.
- DAYRELL, C.A. & SOUZA, S.M. Redes Sócio-técnicas e Agricultura Sertaneja: novos enfoques em programa de ATER. Ridel, 2007
- DIEGUES Jr., Manuel. Regiões Culturais do Brasil. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; Ministério da Educação e Cultura, 1960.
- ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.) A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.133-168.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. 14 ed. São Paulo: Edições Loyola. 2005.
- IBGE. Censo Agropecuário 2006.
- LESSA, S.N, Trem de Ferro: do cosmopolitismo ao sertão. Unicamp: Departamento de História. Dissertação de mestrado. 1993
- LUZ DE OLIVEIRA, Claudia et alii – Economias invisíveis e comunidades tradicionais no Norte de Minas in Povos e comunidades tradicionais no Brasil / Org. Dieter Gawora, Maria Helena de Souza Ide, Rômulo Solares Barbosa. – Montes Claros: Unimontes, 2011.

MUSSE, R. O debate marxista sobre a pós-modernidade. Acessado em 17 01 2016

<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/o-debate-marxista-sobre-a-pos-modernidade-de-ricardo-musse/>

OLIVEIRA, M.F.M. et. al. Formação Social e Econômica do Norte de Minas. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

OLIVEIRA, J.G.C. Análise da Agricultura Familiar e do PRONAF no Norte de Minas Gerais. Dissertação de mestrado da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, 2012.

QUERINO, A.J. Montes Claros e o Norte de Minas na rede urbana do centro-sul Fábulas e metáforas do Desenvolvimento. Dissertação de mestrado da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, 2006.

RODRIGUES, L. et alii Especializações em atividades agropecuárias nos municípios da macrorregião Norte de Minas – MG, a partir do Índice de Concentração normalizado (ICn)1. Unimontes.

RODRIGUES, L. et alii. Especializações em atividades agropecuárias nos municípios da macrorregião Norte de Minas - MG, a partir do Índice de Concentração normalizado (ICn). In: XLII Congresso da sociedade brasileira de economia e sociologia rural, 2004, Cuiabá. Anais do XLII congresso da sociedade brasileira de economia e sociologia Rural - Dinâmicas Setoriais e Desenvolvimento Regional. Cuiabá: SOBER/UERJ/UFMT/Embrapa Florestas/Embrapa Gado de Leite, 2004. p. 1-20.

SABOURIN, E.P, Viabilidade da agricultura familiar nordestina e globalização. P&T, nº 16, setembro/2000 pp.25-39. Disponível em: <http://www.geocities.com/ptreview/16-sabourin.html?20069>. Acesso em 23 de outubro de 2002.

SANTOS, M, Por uma Outra Globalização. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SILVA, C.E.M. Os cerrados e a Sustentabilidade: territorialidades em Tensão. Tese de Doutorado da UFF, Departamento de geografia - Programa de pós-graduação em ordenamento territorial e Ambiental: Niterói, 2006.

Recebido para publicação em 7 de novembro 2016

Aceito para publicação em 15 de janeiro de 2017